



Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e no Caribe

Uma aliança histórica na promoção
do desenvolvimento sustentável e da
segurança alimentar na região



Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e no Caribe

Uma aliança histórica na promoção
do desenvolvimento sustentável e da
segurança alimentar na região

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
e
Agência Brasileira de Cooperação do
Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)

Santiago, 2022

Citação obrigatória:

FAO e ABC/MRE. 2022. Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e o Caribe. Santiago.
<https://doi.org/10.4060/cb8915pt>

As designações usadas e a apresentação do material neste produto de informação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) ou Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) sobre o status legal, ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade, área, ou sobre suas autoridades competentes, ou relativas à delimitação de suas fronteiras ou limites. A menção de empresas específicas ou produtos de fabricantes que tenham sido ou não patenteados, não implica que estas tenham o endosso, ou recomendação da FAO ou da ABC/MRE, em detrimento de outras de natureza similar que não tenham sido mencionadas.

ISBN 978-92-5-135868-9 [FAO]

© FAO e ABC/MRE, 2022



Alguns direitos reservados. Este trabalho é oferecido sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 3.0 IGO (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/legalcode>).

De acordo com os termos desta licença, este trabalho poderá ser copiado, redistribuído e adaptado para fins não comerciais, desde que o trabalho seja devidamente citado. Em qualquer uso do trabalho, não deverá haver qualquer sugestão de que a FAO endosse qualquer organização, produto ou serviço específico. Não é permitido o uso do logotipo da FAO. Se o trabalho for adaptado, o mesmo deverá estar sob a mesma licença, ou outra equivalente da Creative Commons. Se o trabalho for traduzido, a tradução deverá incluir, juntamente com a citação obrigatória, o seguinte aviso: "Esta tradução não foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO não é responsável pelo conteúdo ou fidelidade da tradução. A versão [na Língua] original será a versão oficial.

Os litígios decorrentes da licença e não resolvidos amigavelmente serão solucionados por mediação e arbitragem, de acordo com o Artigo 8 da licença, salvo disposições em contrário expressas neste documento. As regras de mediação a serem aplicadas serão as da Organização Mundial da Propriedade Intelectual <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules> e qualquer arbitragem deverá estar em conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

Materiais de terceiros. Os usuários que reutilizem os materiais deste trabalho que tenham sido atribuídos a terceiros, tais como tabelas, ilustrações ou imagens, serão os responsáveis em determinar se uma autorização para tal reutilização é necessária e em obter a autorização do detentor dos direitos autorais. As possíveis demandas resultantes da violação de qualquer parte do trabalho que pertença a terceiros serão responsabilidade exclusiva do usuário.

Vendas, direitos e licenciamento. Os produtos de informação da FAO encontram-se no site da FAO (www.fao.org/publications). Podem ser adquiridos em: publications-sales@fao.org. Pedidos para uso comercial devem ser encaminhados para: www.fao.org/contact-us/licence-request. Envie consultas sobre direitos e licenciamento para: copyright@fao.org

Produção gráfica: Erikson Aponte

Supervisão gráfica: Equipe comunicação FAO e ABC/MRE e Clarita Rickli

Fotos da capa: ©MDA/Eduardo Aigner, ©MDA/Tamires Kopp, ©FAO, ©FAO/Palova Brito

Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A

ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO

Escritório Regional da FAO para a América
Latina e o Caribe (FAORLC)

Julio Berdegué – Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe

Maya Takagi – Líder de Programas Regionais

Representação da FAO no Brasil

Rafael Zavala - Representante

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Agência Brasileira de Cooperação do
Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)

Ruy Pereira – Diretor da ABC/MRE

Cecília Malaguti – Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral com Organismos Internacionais

Parceiros brasileiros:

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Comitê Gestor FAO e ABC/MRE: Maya Takagi, Luiz Carlos Beduschi, Joao Marcelo Intini, Cecília Malaguti e Plínio Pereira

Texto elaborado por: Clarita Rickli, consultora.

Revisão dos textos: Adriana Gregolin, Alberto Ramirez, Dina Lopez, Jessica Casaza, Najla Veloso, Pedro Boareto, Plínio Pereira, Roberto de Andrade e Ronaldo Ferraz.

Coordenação FAO e ABC/MRE: Joao Marcelo Intini e Plínio Pereira

Equipe de Comunicação FAO e ABC/MRE: Palova Brito, Paulo Beraldo, Erikson Aponete e Janaina Plessmann

Índice

Prólogo ABC

..... V

Prólogo FAO

..... VI

Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO e a transformação dos sistemas agroalimentares: desenho e gestão para projetos inovadores

..... 3

Melhor Produção | Modelos de consumo e produção mais sustentáveis, cadeias produtivas inclusivas e sistemas agroalimentares resilientes às mudanças climáticas

- Os sistemas produtivos na América Latina e no Caribe: Agricultura Familiar e a Cooperação Internacional Brasil-FAO como motor da inclusão econômica nos territórios rurais 11
- Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025 | Segurança alimentar e combate à pobreza na perspectiva da produção sustentável 12
- +Algodão | Sistemas diversificados de produção como estratégia de desenvolvimento rural sustentável 15
- Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil | Fortalecimento da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe (ALC) 19

Melhor Nutrição | Combate à fome e garantia da segurança alimentar e nutricional em todas as suas formas

- Alimentação escolar na perspectiva do direito humano à alimentação adequada 24
- Promover a segurança alimentar e superar a pobreza: esforço contínuo do Brasil e da FAO na região 29

Melhor Meio Ambiente | Sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos

- O papel do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO na geração de evidências para uma melhor governança dos recursos naturais 33
- Políticas agroambientais nos países da ALC | Estratégia para redução da pobreza e da insegurança alimentar 34
- Uma rede para a Aquicultura das Américas 37
- A governança responsável da posse da terra na América Latina e no Caribe 40

Prólogo ABC

Em 2008, devido ao crescente interesse de outros países em desenvolvimento em conhecer políticas brasileiras exitosas na área de segurança alimentar e nutricional (SAN) e agricultura, o governo brasileiro iniciou parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para compartilhar a experiência do Brasil por meio da cooperação Sul-Sul, com base nas vantagens comparativas da FAO.

No âmbito da parceria, em 2012 teve início a execução de projetos de cooperação Sul-Sul trilateral em benefício de países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e África, com o apoio técnico de Instituições brasileiras cooperantes (IBC's) tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

É sempre importante frisar que o Brasil conduz as ações de cooperação, conforme o mandato constitucional do artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal, que determina que “a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Esse mandato obriga à busca de uma ordem internacional favorável à paz e à prosperidade dos povos.

Ao reafirmar seu compromisso com os objetivos e métodos da cooperação Sul-Sul, o governo brasileiro tenciona contribuir para a criação e a transferência de conhecimentos entre os parceiros, em processos de mútua aprendizagem, desvinculados de condicionalidades. O fortalecimento da agricultura familiar e a luta contra a insegurança alimentar são temas considerados fundamentais para a cooperação Sul-Sul brasileira.

Por parte da ABC, continuaremos a construir soluções inovadoras para as dificuldades enormes que marcam esse momento desafiador, e sem precedentes modernos, que estamos atravessando em meio a essa persistente pandemia. E o faremos em conjunto com os nossos valiosos parceiros. Ao mesmo tempo, continuaremos a implementar as medidas necessárias para continuar a executar os projetos comuns de cooperação.

É com muita satisfação que assinalo o lançamento da presente publicação, que registra os principais logros da parceria Brasil-FAO, alcançados ao longo de 14 anos, em favor do desenvolvimento de capacidades dos demais países em desenvolvimento parceiros, e que corrobora os propósitos de buscarmos soluções conjuntas para enfrentar os desafios futuros para as iniciativas de cooperação.

Ruy Pereira



Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Prólogo FAO

A cooperação Sul-Sul e Trilateral do Brasil está fundamentada no artigo 4º da Constituição Federal, que determina que a política internacional do país deve ser pautada pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Esta é uma declaração de extrema relevância em uma época em que a humanidade enfrenta desafios – como a pandemia, as mudanças climáticas e a erradicação da fome e da pobreza – que só podem ser encaradas mediante uma ação multilateral global.

Há 14 anos, o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO torna esse princípio uma realidade, melhorando as condições de vida e de segurança alimentar na América Latina e no Caribe.

O Brasil conta com uma longa trajetória em políticas públicas para acabar com a fome, reduzir a pobreza, promover a pesquisa e a inovação na agricultura e fortalecer a institucionalidade para o desenvolvimento rural e urbano. O Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO tem sido um dos mais ricos no intercâmbio de experiências, no aprimoramento de políticas públicas e no apoio técnico e financeiro para promover o desenvolvimento sustentável na região.

A FAO aprovou um novo marco estratégico (2022-2031) que busca um mundo sustentável no contexto da Agenda 2030 da ONU, baseado na transformação dos sistemas agroalimentares para torná-los mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, visando assim uma melhor produção, uma melhor nutrição, um melhor meio ambiente e uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para eliminar a fome e a má nutrição, situação agravada pela pandemia; reverter os efeitos das mudanças climáticas; e fortalecer a agricultura familiar, com ênfase nas mulheres e jovens rurais.

Esta publicação reflete o espírito de cooperação internacional que inspirou a ação conjunta do Brasil e da FAO, apresentando as conquistas que, sem dúvida, têm melhorado a vida de centenas de milhares de famílias em nossa região.

Julio Berdegú



Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe





Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO e a transformação dos sistemas agroalimentares

Desenho e gestão para
projetos inovadores

Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO e a transformação dos sistemas agroalimentares

Desenho e gestão para projetos inovadores

“ Nossa aspiração é que haja comida para todos. Mas, nosso pensamento e ação devem ir além da mera produção de alimentos e incluir, entre outros aspectos, seu consumo, qualidade e cultura alimentar, levando em consideração as repercussões ambientais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. ”

QU Dongyu

Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem as necessidades de um mundo em constante transformação. Em particular, garantir segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas implica no enfrentamento de uma realidade onde, de um lado há pessoas passando fome, de outro, produção de alimentos em quantidade suficiente e no meio, separando os dois cenários, um abismo de demandas relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais. Iniciativas implementadas pelo **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO** têm como objetivo "unir as duas pontas" a partir de projetos inovadores capazes de equilibrar esta realidade, com foco no combate à pobreza, fome zero e fortalecimento da agricultura sustentável.

De mãos dadas, o governo do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vêm construindo uma parceria histórica em Cooperação Sul-Sul Trilateral (CSST), implementando, há mais de uma década, o **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. Com foco na promoção da agricultura sustentável e da segurança alimentar e nutricional, os projetos desenvolvidos têm gerado parcerias frutíferas entre países da região da América Latina e do Caribe (ALC).

“ O Brasil conta com uma longa trajetória em políticas públicas para acabar com a fome, reduzir a pobreza, promover a pesquisa e a inovação na agricultura e fortalecer a institucionalidade para o desenvolvimento rural e urbano. ”

Julio Berdegue

Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe

“ Por parte da ABC, continuaremos a construir soluções inovadoras para as dificuldades enormes que marcam esse momento desafiador, e sem precedentes modernos, que estamos atravessando em meio a essa persistente pandemia. E o faremos em conjunto com os nossos valiosos parceiros. ”

Embaixador Ruy Pereira

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)

A partir de 2008, o trabalho de cooperação internacional no Brasil ganhou um novo direcionamento. O sucesso do País na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas a temas convergentes com a agenda da FAO abriu espaço para novas alianças. Iniciava naquele momento uma nova trajetória de compartilhamento não apenas de conhecimento, mas também de experiências em implementação, monitoramento, governança e trabalho intersetorial.



Mãos dadas em cooperação



Da parte da **FAO**, o esforço de unir as diferentes áreas governamentais, instituições financeiras internacionais, setor privado, sociedade civil e entidades de pesquisa e extensão, se junta ao trabalho de coordenação do governo brasileiro, realizado pela **Agência Brasileira de Cooperação**, que identifica e disponibiliza para intercâmbio conhecimentos, boas práticas, inovações, habilidades e experiências desenvolvidas por instituições brasileiras.

No centro desta cooperação, os países envolvidos experimentam um rico processo de desenvolvimento de capacidades e aprendizagens mútuas.

Alimentação e Agricultura no centro da Agenda 2030 ••••• Conexões com os sistemas agroalimentares

Nas últimas décadas, o Brasil tem apostado na ideia de construir um rural próspero e inclusivo por meio da alimentação e agricultura, contribuindo para uma melhor condição de vida da sociedade como um todo. Uma trajetória de importantes resultados para a transformação dos sistemas agroalimentares, que contribuem com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No centro deste novo cenário está a Agricultura Familiar – cerca de quatro milhões de famílias agricultoras, que produzem a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias (CENSO/IBGE/2017). Um importante ator social capaz de dinamizar as economias locais, fazer uso mais sustentável do ambiente, prover com alimentos frescos e saudáveis as populações e fortalecer o tecido social nos territórios rurais.

Um grande marco deste momento foi o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, que, desde 2009, trouxe para o foco das ações a visão da alimentação na escola como Direito Humano e da Agricultura Familiar como principal fornecedor de comida fresca e saudável para os estudantes, diariamente.

“ O Programa de CSST Brasil-FAO conferiu ao Brasil relevante crescimento. Tem contribuído para sua projeção internacional na promoção do desenvolvimento sustentável. É valioso capital político, além de ensejar o desenvolvimento dos corpos técnicos nas trocas de experiências com outros países. ”

Embaixador João Almino
•••••
ex-Diretor da ABC (2015-2018)



A Década da Agricultura Familiar, instituída pela ONU para os anos de 2019 a 2028, é uma forma de reconhecer a importância deste setor produtivo, fundamental para o plano de ação global contra a fome e a pobreza no mundo.

Se, por um lado, as iniciativas brasileiras chamaram a atenção de outros países que passaram a demandar mais do Brasil em cooperação, por outro, os resultados internos, alcançados neste período, reforçaram a decisão do País de apoiar outras nações da região.



Transformar os sistemas alimentares ••••• Agenda urgente, assumida pelo Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO

Nenhuma ferramenta é mais importante no processo de cooperação do que o diálogo. Da mesma forma, para que contribua de fato com as transformações desejadas, é fundamental que este processo seja fortalecido e constantemente renovado.

Sobre esta base o **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO** avança, contribuindo com um processo de partilha e inovação em que todos ganham. Como no projeto +Algodão, um dos exemplos desta relação de ganha-ganha. A partir da demanda originada no âmbito da parceria entre o Brasil e a FAO para trazer inovações e fortalecer a

“O diferencial do programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral entre o Governo Brasileiro e a FAO está em manter um processo de diálogo permanente entre os atores cooperantes, trazendo para o ambiente da Cooperação as atualizações programáticas de todos os atores envolvidos.”

João Intini

Oficial de Políticas de Sistemas Alimentares do Escritório da FAO para a América Latina e o Caribe

“A FAO é o principal parceiro, com mais de 50% da pauta de projetos do Programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral da ABC. A governança e a implementação compartilhada junto aos Organismos Internacionais e demais atores que atuam nos projetos de cooperação Sul-Sul têm sido um dos maiores desafios, mas o Brasil vem considerando valioso avançar na parceria Brasil-FAO, com base nesses princípios.”

Cecília Malaguti

Responsável pela Cooperação Técnica Trilateral Sul-Sul com Organismos Internacionais da ABC

atividade algodoeira da agricultura familiar, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) identificou a capacidade técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O trabalho de cooperação resultou, entre outros, no desenvolvimento de máquinas, implementos e intercâmbio de sementes adequadas à atividade.

Ao mesmo tempo, aportou inovação para o setor algodoeiro latino-americano, contribuindo para o aprimoramento técnico e científico da própria empresa. Um exercício de intenso diálogo técnico, que gerou benefícios mútuos.

Conquistas de uma região que caminha em cooperação

Levar em conta os temas prioritários das instituições e dos países envolvidos tem sido, ao mesmo tempo, o grande desafio e uma das grandes conquistas da aliança entre o Brasil, a FAO e os demais países participantes das atividades de cooperação. A permanente adequação e uma postura tecnicamente robusta de todos os envolvidos tem permitido reacomodar eventuais mudanças demandadas pelos países em novos acordos, ao longo das atividades, sem perder os avanços alcançados.

A aliança de cooperação entre Brasil e FAO tem permitido compartilhar com outros países a expertise brasileira de construir políticas públicas voltadas à alimentação e à agricultura, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de onde se desenvolvem políticas de crédito rural, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, programas de compras públicas, de abastecimento e acesso à água para todos e de segurança alimentar e nutricional.

Uma aliança frutífera, que tem resultado em importantes avanços na direção dos ODS, entre eles, a construção e implementação de políticas como a de Alimentação Escolar na região e a criação de espaços de diálogo, como a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF Mercosul). Resultados que têm contribuído expressivamente para o fortalecimento da agricultura familiar, a inclusão e autonomia das mulheres e a geração de oportunidades para a juventude rural na ALC.

Destaque deste processo é o protagonismo assumido pelo Brasil no cenário latino-americano e global. A partir de projetos de cooperação Sul-Sul, temas desenvolvidos no País ganharam escala em nível mundial, reforçando seu papel de liderança na agenda de combate à fome e à pobreza.

“ O Programa de Cooperação Brasil-FAO se destaca por sua construção conjunta, em especial, nos temas da agricultura familiar e alimentação escolar. De forma horizontal e participativa, a parceria entre a FAO e os países envolvidos gera maior sentido de compromisso e pertencimento, dando ao termo ‘co-operação’ um significado ainda mais concreto. ”

Rafael Zavala

Representante da FAO na Colômbia até a 2018 e atual Representante da FAO no Brasil



©FAO/Dulclair Sternadt

Pandemia da COVID-19 ••••• Grandes incertezas pedem novas iniciativas

Em todo o planeta, a pandemia de COVID-19 tem agravado o quadro da fome e da má nutrição. Um mal que já atinge três bilhões de pessoas por todo o planeta - quase 40% da humanidade. Segundo relatório da ONU publicado no final de 2021, na região da ALC, em um ano, o número de pessoas com fome aumentou de 13,8 milhões em 2019, para 59,7 milhões em 2020. Para alcançar o índice de fome zero no mundo, entre outros desafios, é preciso fazer com que os alimentos estejam disponíveis e acessíveis para quem tem fome. Para isso, é essencial combinar processos de curto e longo prazos, tendo como visão central a alimentação adequada e saudável como direito humano universal, levando em conta aspectos como produção, acesso, nutrição, uso sustentável dos recursos naturais e o modo de vida de indivíduos e das comunidades envolvidas.

No início de 2020, com a declaração, pela OMS, do início da pandemia, novos desafios surgiram para as ações do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. O trabalho ganhou novo formato, sem perder de vista o diálogo entre os parceiros. Assim como em todo mundo, foi preciso reajustar métodos e maneiras de se comunicar e trabalhar. Intercâmbios técnicos presenciais, principal atividade da cooperação, deram lugar para webinários, conversas técnicas virtuais, audiências remotas, produção de novos documentos e de marcos programáticos utilizando ferramentas digitais que aproximaram os diversos públicos interessados, e que, desde então, têm facilitado a fluidez da agenda de cooperação.

“ Esta parceria é duradoura, é de significativa importância e, além de tudo, muito inovadora. ”

Gustavo Chianca

Oficial de Programas da
Representação da FAO no Brasil



Os benefícios da cooperação

Os novos desafios para alcançar os ODS têm demandado das iniciativas de cooperação Sul-Sul trilateral um desenho inovador e, como consequência, o aprofundamento de uma relação de parceria com responsabilidades compartilhadas e ganhos mútuos.

Inovação

Por meio dos projetos, são compartilhados, com os países parceiros, experiências e conhecimentos relacionados ao desenho, implementação, monitoramento, trabalho intersetorial e governança de políticas públicas. Um processo que traz ganhos importantes para todos os envolvidos.



Longevidade e durabilidade

Ao longo dos últimos anos, no âmbito da cooperação entre o Brasil e a FAO, aumentou a demanda por projetos de médio e longo prazos, que exigem um fôlego maior. Entre as vantagens desse novo formato está a longevidade e a durabilidade das parcerias entre os atores envolvidos.

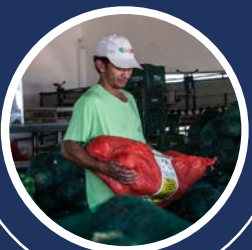
Credibilidade

As ações resultantes dos projetos do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO têm contribuído para que o Brasil conquiste ainda maior credibilidade em fóruns internacionais, na medida em que permitem o reconhecimento externo de que as boas práticas brasileiras podem ser referência para outros países.



Benefícios mútuos

Ao mesmo tempo em que as ações de cooperação abrem novas portas para o Brasil, a troca de experiências com outros países promove o aprimoramento de tecnologias e das políticas públicas brasileiras, a partir da reflexão crítica e do desenvolvimento de capacidades entre o corpo técnico das instituições parceiras.



Governança

De forma horizontal esta cooperação se baseia na governança e na implementação compartilhada de modo a tornar fluidas as trocas de experiências e conhecimentos entre o Brasil e os países parceiros.

Financiamento

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO estimulam o aporte de recursos por parte dos países envolvidos na medida em que contribuem para a implementação de políticas públicas e estimulam atores internacionais a financiarem novas iniciativas.







Melhor Produção

Modelos de consumo e produção mais sustentáveis, cadeias produtivas inclusivas e sistemas agroalimentares resilientes às mudanças climáticas

Os sistemas produtivos na América Latina e no Caribe •••••

Agricultura Familiar e a Cooperação Internacional Brasil-FAO como motor da inclusão econômica nos territórios rurais

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável são os principais propósitos do segundo item dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS2).

Um desafio que demanda, cada vez mais, garantir formas de acesso, consumo e produção apoiadas em cadeias produtivas eficientes e inclusivas em âmbito local, regional e mundial, assegurando a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares mesmo diante das mudanças climáticas e ambientais.

Para enfrentar este desafio, a Agricultura Familiar surge como ator estratégico para a inclusão social e econômica nos territórios, resultando em melhor condição de vida para milhares de famílias. São homens e mulheres agricultoras, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, remanescentes de povos e comunidades tradicionais, responsáveis por produzir a maior parte dos alimentos consumidos no dia a dia. Estas famílias agricultoras têm como vocação a produção de alimentos mais saudáveis do ponto de vista nutricional, a partir de práticas produtivas mais sustentáveis, do ponto de vista ambiental.

Aprimorar programas e políticas públicas, fomentar melhores práticas nutricionais e apoiar tecnologias para incrementar a produtividade agrícola são ações alavancadas pelo **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. Uma importante parceria, que tem contribuído para ampliar a disponibilidade e melhorar o acesso dos mais vulneráveis aos alimentos e inspirado outros países no enfrentamento de desafios comuns.

“É preciso manter o foco institucional, equilibrando o olhar da cooperação brasileira para além dos governos de turno, tendo a agricultura familiar como sujeito capaz de dinamizar economias locais, fazer uso mais sustentável do ambiente, prover de alimentos frescos e saudáveis as suas comunidades em prol do mercado e fortalecer o tecido social.”

Luiz Carlos Beduschi
•••••
Oficial de Políticas em Desenvolvimento Territorial do Escritório da FAO para a América Latina e o Caribe



Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 | Segurança alimentar e combate à pobreza na perspectiva da produção sustentável

O projeto de cooperação **Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025, Contribuição da República Federativa do Brasil por meio da Cooperação Sul-Sul**: tem contribuído com a restauração das condições de segurança alimentar e nutricional dos países da região há mais de uma década. O caráter humanitário do período inicial (2010 a 2016) deu lugar a um formato mais abrangente de cooperação Sul-Sul trilateral, a partir da nova fase, iniciada em 2016.

Atualmente, o projeto é executado por meio de um conjunto de ações de cooperação, auxiliando tecnicamente países, populações e comunidades rurais em situação de emergência ou em estado potencialmente vulnerável – seja reabilitando ou apoiando a manutenção de processos produtivos, sempre respeitando suas formas, realidades, costumes e potencialidades locais. O formato “guarda-chuva” do projeto abarca e desenvolve diversas iniciativas, regionais (mais recentemente chegando até os países do Corredor Seco Centro-Americano: El Salvador, Honduras e Guatemala), ou diretamente com países, que resultam em experiências relevantes que funcionam como um importante motor para a inclusão social e econômica nos territórios e para a promoção de uma melhor condição de vida para milhares de famílias.

Semeando capacidades | A cooperação como ferramenta de transformação local

“A gestão do conhecimento em prol da agricultura camponesa familiar e comunitária nos territórios da Colômbia foi essencial para o alcance e o aperfeiçoamento de políticas públicas para este importante setor no país.”

Ronaldo Ferraz

Coordenador pela FAO do projeto regional América Latina e Caribe sem Fome 2025

Semear ideias é também uma forma de cooperar. O papel da cooperação entre o Governo do Brasil e a FAO é fortalecer esta sementeira, facilitando e acelerando a circulação de conhecimentos que contribuam para o alcance de objetivos comuns entre os países da região. Entre as experiências, se destaca o projeto **Semeando Capacidades**, que tem contribuído com importantes avanços na Colômbia.

Assim como no Brasil, na Colômbia, a Agricultura Camponesa Familiar e Comunitária (ACFC), como é definida a agricultura familiar naquele país, tem papel fundamental no desenvolvimento rural, cobrindo 74% das unidades agrícolas e produzindo cerca de 70% dos alimentos frescos. Reconhecer e valorizar conhecimentos e práticas produtivas é determinante para que o setor atinja seu potencial de transformação econômica, social e ambiental. Uma realidade semelhante à do Brasil, que nas últimas décadas vem estruturando um conjunto de políticas e programas para fortalecer sua agricultura familiar, responsável por produzir a maior parte dos alimentos consumidos no país todos os dias.

“A Agricultura Familiar e Camponesa Comunitária contribui significativamente para a segurança alimentar, a geração de empregos rurais, a produção sustentável e a preservação do patrimônio cultural e natural da nossa nação. O projeto Semeando Capacidades representa um grande avanço na inclusão social e produtiva no nosso país, reduzindo as brechas de pobreza e desigualdade social.”

Omar Franco Torres

Vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia

Dessa convergência nasceu a iniciativa **Semeando Capacidades**, por meio da cooperação Sul-Sul trilateral entre o Brasil, a Colômbia e a FAO. Durante dois anos, o projeto reuniu metodologias e abordagens para facilitar o empoderamento dos agricultores e agricultoras e de suas organizações e a geração de inovação em escala territorial em prol da promoção de uma melhor produção e, conseqüentemente, melhor nutrição, em um meio ambiente melhor.



PARCEIROS | Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025, Contribuição da República Federativa do Brasil por meio da Cooperação Sul-Sul: Agência

•Brasileira de Cooperação (ABC) •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) **Países do Corredor Seco Centro-Americano:** El Salvador, Honduras e Guatemala. **Semeando Capacidades:** •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil •Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) da Colômbia •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). **Outras parcerias:** •Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) •Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) •Universidades.



©FAO

Frutos da sementeira: mobilizados pela cooperação, diferentes atores contribuíram para impulsionar novos ciclos de políticas de agroecologia e produção orgânica e para abrir espaços para a agricultura familiar nos debates sobre desenvolvimento rural sustentável, com destaque para alguns resultados de grande poder de transformação na Colômbia:



Dinamização dos Sistemas de Inovação Territorial (STI) e insumos para a implementação da Política de Agroecologia.



Lei nº 2046/2020 | 30% das compras públicas feitas da agricultura familiar; impactando mais de 3 milhões de agricultores colombianos.



Resolução 464/2017 | Marco norteador de ações integrais do Estado para fortalecer capacidades sociais, econômicas e políticas da Agricultura Camponesa Familiar e Comunitária.

Lições aprendidas

Da ênfase ao **saber agroecológico**, em consonância com os ODS, veio o foco nas pessoas e o compartilhamento de conhecimento enraizado na sustentabilidade.



©FAO

©FAO/Wendy Carranza



As experiências em **mercados diferenciados**, como Compras Públicas e Circuitos Curtos de Comercialização, vieram como ferramenta de integração de produtores e consumidores, em uma relação de consumo e produção mais justa e sustentável.

O intercâmbio sobre o **Sistema de Informação** brasileiro trouxe referências para a tarefa de identificar e caracterizar a Agricultura Familiar, para construir e adequar políticas públicas voltadas às reais necessidades e potencialidades deste importante setor do desenvolvimento.



©FAO

©FAO/Rubi Lopez



A partilha de experiências em **extensão e inovação agropecuária** abriu espaços de investigação, capacitação, compartilhamento de tecnologias e técnicas de extensão agrícola, articulação institucional e diálogo de conhecimentos na área de produção de alimentos.

Tudo isso articulado em um ambiente dinâmico de intercâmbios técnicos, oficinas virtuais, estratégias de informação e comunicação, entre outras ferramentas utilizadas para semear capacidades no Brasil e na Colômbia.



©FAO/Angela Silva



Semeando capacidades

O projeto **Semeando Capacidades**, iniciativa de cooperação trilateral sul-sul, que buscou fortalecer instrumentos e políticas para a Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária na Colômbia, a partir da gestão do conhecimento e da troca de experiências, apresenta neste repositório web todos os produtos desenvolvidos ao longo do projeto.

sembrandocapacidades.fao.org.co

Inovação em tempos de pandemia

O contexto da pandemia da COVID-19 fez que com novos caminhos para articular os atores envolvidos nas ações de cooperação fossem adaptados. As atividades do projeto **Semeando Capacidades** previstas foram intensificadas, superando as metas do projeto e permitindo a apresentação de políticas e a troca de experiências territoriais para um número muito maior de pessoas envolvidas.

Foram cerca de 50 eventos virtuais, com a participação de mais de sete mil pessoas e a produção de um vasto material técnico e comunicacional, disponibilizado no repositório criado pelo projeto.

“Graças a esse intercâmbio destacamos o papel da agricultura familiar como ator fundamental de sistemas alimentares sustentáveis na Colômbia. É importante que sigamos cooperando e aprendendo uns com os outros, sempre com foco em promover o desenvolvimento sustentável e a soberania alimentar.”

Camilo Ardila

.....
Coordenador do projeto Semeando Capacidades na Colômbia



+ALGODÃO | Sistemas diversificados de produção como estratégia de desenvolvimento rural sustentável

Uma das 20 commodities mais importantes do mercado mundial em termos de valor (FAOSTAT, 2011), o algodão é estratégico no contexto dos países em desenvolvimento. Na América Latina, a atividade algodoeira envolve a agricultura familiar como ator importante para o desenvolvimento sustentável. São agricultoras e agricultores familiares que produzem na perspectiva de sistemas agroalimentares diversificados, onde o algodão ocupa posição central para a geração de renda. Esta forma de produção leva em conta fatores que influenciam na promoção da preservação ambiental e da alimentação saudável, como o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, abastecimento, comercialização e distribuição, a escolha, preparo e consumo dos alimentos, a geração e a destinação de resíduos. Com este diferencial, o cultivo do algodão na região tem um papel importante no fomento de uma melhor condição de vida entre as famílias agricultoras, além de ser uma atividade importante de promoção da segurança alimentar e nutricional, de combate à fome e à pobreza.

O cultivo do algodão na região da América Latina e o Caribe data de milhares de anos. Dados do projeto +Algodão indicam que, em 2019, dos mais de 130 mil produtores de algodão na América Latina, 77% são agricultores familiares.

Os alicerces para a construção do projeto **+Algodão**, iniciado em 2013, estão firmados na experiência de sucesso do Brasil na produção de algodão, segundo maior exportador do mundo e o quarto maior produtor mundial, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

A conexão desses agricultores a mercados sustentáveis tem sido o foco do esforço de cooperação regional e nacional, promovendo produtos e coprodutos do “sistema agro-têxtil-confecções” ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar, possibilitando a geração de renda para milhares de famílias. As ações cruzam fronteiras e impulsionam o fortalecimento da cadeia algodoeira nos países parceiros, com foco na produção sustentável da fibra.

+ALGODÃO

“ Este projeto despertou em todos os países envolvidos, lideranças de cooperativas e associações, o apoio dos governos a estas organizações. A grande lição disto é que, se querem se tornar fortes e independentes, esta força vem de ações como o projeto +Algodão e que é necessário organizar-se em cooperativas para democratizar o acesso a máquinas, insumos, tecnologia e mercados. ”

Márcio Portocarrero

Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa)



Inclusão de jovens e mulheres algodoeiras e acesso a mercados diferenciados •••••

Resgate de sementes nativas e produção de sementes, plantio e cultivo do algodão especialmente a variedade colorida, artesanato, criação de animais, segurança alimentar das famílias a partir de lavouras alimentares consorciadas são algumas das atividades integradas à cultura do algodão realizadas pelas mulheres rurais algodoeiras.

A abordagem de gênero é uma das prioridades do projeto **+Algodão**, além de outros igualmente importantes, como os povos indígenas, a juventude rural e resiliência às mudanças climáticas. A capacitação destes grupos para o mercado diferenciado do algodão, que valoriza a produção oriunda da agricultura familiar, está entre as atividades do projeto.



Na Bolívia, Colômbia, Equador e no Paraguai, **cerca de 700 mulheres artesãs** e suas organizações já receberam treinamento em planos de negócios, acesso a mercados e melhoria de produtos.



No Paraguai e na Colômbia, **700 jovens estudantes foram capacitados** no âmbito do projeto +Algodão.



No Peru, **mais de cinco mil famílias agricultoras** produtoras de algodão pima, organizadas na cooperativa COSTACH participam de piloto pioneiro na América Latina no registro de informações, transações e rastreamento da produção da pluma e transparência na indústria têxtil da região. Por meio do projeto +Algodão a cooperativa recebe assessoria de mercados e apoio neste piloto.

“O projeto +Algodão é uma iniciativa que respeita as características de cada país em que acontece a troca de experiências brasileiras, adaptadas de acordo com a realidade e as diferenças locais, potencializando assim o conhecimento de cada região.”

Haroldo Cunha

.....
Presidente Executivo do Instituto Brasileiro do Algodão [IBA]

“Implementado de forma compartilhada e inovadora, o projeto +Algodão reposicionou o algodão na agenda governamental de países latino-americanos. Alianças com organizações públicas e privadas vêm fortalecendo a cadeia produtiva, agregando valor ao algodão e ampliando a competitividade do setor algodoeiro.”

Adriana Gregolin

.....
Coordenadora pela FAO, do projeto regional+Algodão



PARCEIROS | +Algodão: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) **Países parceiros:** Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia, Haiti, Paraguai e Peru. **Apoio financeiro:** •Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). **Recursos técnicos e humanos:** •Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) •Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) •Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) •Empresa Paraíba de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer- PB) •Instituições dos países parceiros.

Para alcançar os resultados propostos, esta iniciativa de cooperação mobiliza uma rede regional de mais de 80 instituições do setor público e privado. A partir de uma visão de desenvolvimento rural sustentável.

O projeto +Algodão contribui para:

A agregação de valor, o comércio justo e a promoção do sistema agro-têxtil-confeccões, através de tecnologias, inovações, alianças e políticas públicas para o setor.



©FAO/Imanol Camblor



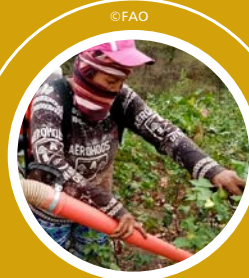
©FAO

Alinhado a este propósito, são gerados estudos de análise e boas práticas; visitas de campo; cursos presenciais e virtuais; intercâmbios entre países.

São entregues insumos, como sementes; manejo e conservação de solos e água



©FAO/Daniel Pérez



©FAO

E são impulsionadas novas tecnologias adaptadas à cotonicultura familiar como maquinários, entre outros, facilitando processos de digitalização em territórios rurais dos países parceiros na América Latina.

Com apoio do projeto +Algodão, realizado no âmbito da cooperação Brasil-FAO, países avançam na formulação de planos nacionais para o algodão e no aprimoramento de suas estratégias de competitividade.

O projeto +Algodão apoiou a elaboração do Programa Nacional de produção de algodões bolivianos, aprovado pelo Ministério de Desenvolvimento Rural e de Terras (MDRyT), em 2021. A semente CCA-348 Mandiyuti foi replicada, em apoio ao Centro de Pesquisa Agropecuária Tropical (CIAT) estando disponível para o setor algodoeiro.

O projeto apoiou o desenvolvimento do plano de fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa e extensão do algodão, bem como o estabelecimento da mesa nacional de ATER. Também foi validada a variedade brasileira de algodão BRS 336, da Embrapa Algodão, com resultados positivos em termos de adaptação e produtividade.

A mesa algodoeira foi reativada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) e foi formada a Equipe Técnica Interinstitucional (ETI). Foram validadas cinco variedades de algodão branca e três coloridas da Embrapa Algodão, contribuindo para o intercâmbio entre os países.

O projeto apoiou a elaboração do Plano Nacional do Algodão, sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Irrigação (MIDAGRI).

O algodão posicionou-se como uma das dez culturas prioritárias do governo no Plano Nacional de Desenvolvimento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR).



Inovação tecnológica e os desafios da pandemia •••••

A inovação tecnológica está presente nos projetos implementados em cada um dos países parceiros, no âmbito da iniciativa regional **+Algodão**. Entre eles, o uso de drones no Equador, o protótipo de maquinários para agricultura familiar desenvolvido pela Embrapa Algodão, a colheita mecanizada no Peru, as máquinas de descaroçamento de algodão no Paraguai e Equador, as pequenas máquinas para processar algodão para artesanato na Colômbia e Bolívia.

Com a pandemia da COVID-19, alternativas metodológicas inovadoras aplicadas às experiências de cooperação contribuíram para que o projeto conhecesse os efeitos da crise nos países de atuação. Por meio de ferramentas digitais informações foram levadas e trazidas do campo, especialmente para a manutenção da assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, de maneira remota.

A plataforma LazosApp, impulsionada pelo projeto **+Algodão** e pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) do Brasil, é um dos exemplos de inovação que ganhou ainda mais importância na pandemia. A iniciativa preenche as lacunas da digitalização no setor rural, com o objetivo de promover a inovação nas práticas agrícolas entre os agricultores familiares e a juventude rural na América Latina. A ação alcançou jovens rurais em três escolas agrícolas do Paraguai e, agora, chega ao Equador e à Colômbia.

Inovação define também o modelo de gestão horizontal implementado pelo **+Algodão**, entre ABC, FAO e países, construindo referências necessárias para implementação dos projetos de cooperação Sul-Sul trilateral, por meio do compartilhamento de conhecimentos e construção participativa do processo de implementação do projeto.



Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil | Fortalecimento da agricultura familiar na ALC

Produzir alimentos envolve o preparo da terra, a escolha e o cuidado com a semente, para que ela brote e se desenvolva de forma plena. É assim com as ações do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. A criação de espaços de diálogos com os diferentes atores envolvidos – sociedade civil, organismos internacionais, governos, setor privado, parlamentos e academia – é ambiente propício para cultivar ideias e superar obstáculos, no enfrentamento de problemas comuns.

A experiência brasileira das últimas décadas, recheada de um conjunto de programas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, tem sido vista como referência e inspiração entre os demais países da região.

“A articulação de pessoas em torno de problemas comuns pela aplicação de tecnologias inovadoras fortalece a região politicamente. A exemplo do Brasil que tratava o tema da agricultura como problema setorial e, a partir do ano 2000, com a aprovação dos ODM, passa a considerá-la tema político.”

Adoniram Sanches

Coordenador da FAO nos países da América Central.

Um dos ambientes de construção compartilhada são os projetos **Fortalecimento do diálogo entre a FAO, governos e sociedade civil [2008 a 2018]**, e **Fortalecimento da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária na Região: caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**, em execução.



Estas iniciativas têm servido para que as ações de cooperação sejam convergentes na região, à medida em que abrem espaços para a participação de organizações da sociedade civil na elaboração, gestão e avaliação de políticas públicas para a agricultura familiar.

Entre os resultados, destaque para o fortalecimento da agenda da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF/Mercosul), o apoio ao estabelecimento da Aliança para a Soberania Alimentar (plataforma de diálogo político entre setores do campo e da cidade), a construção do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar da CELAC e a contribuição para a instalação de uma agenda regional focada em políticas de gênero.

Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF Mercosul)

Governança multinível e integração regional

Do ambiente local para o contexto internacional, passando por conexões regionais, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF Mercosul), criada em 2004, articula atores sociais das mais diversas identidades, reunidos pelo objetivo comum de cooperar. A visibilidade transnacional permite que esses atores ganhem capacidade de impactar politicamente suas realidades nacionais, reconstruindo a imagem da agricultura familiar de “ator vulnerável” para protagonista do desenvolvimento sustentável e da promoção da segurança alimentar. A REAF Mercosul tem sido importante canal difusor de políticas públicas, tanto no contexto sul-americano (Mercosul ampliado, que inclui Chile, Bolívia, Equador e Colômbia), quanto em escala global, adaptando-as para as realidades nacionais, em consonância com os princípios de cooperação.

“ A Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, por meio de seu plano de ação global, insta os países a adotarem medidas para gerar mais e melhores oportunidades para a inclusão econômica da agricultura familiar e uma produção sustentável. Nos últimos anos, a REAF/MERCOSUL permitiu avançar na priorização de uma agenda do setor para dar visibilidade e construir estratégias no bloco com o objetivo de promover o acesso da Agricultura Familiar a novos mercados e tecnologias. ”

Nelson de Andrade

Secretário Adjunto de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil



© FAO/Dulclair Sternadt



PARCEIROS | Fortalecimento do diálogo entre a FAO, governos e sociedade civil e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária na Região: caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: • Agência Brasileira de Cooperação (ABC) • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil • Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Agricultura Familiar e o caminho para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Para avançar no fortalecimento de políticas para a Agricultura Familiar, rumo ao alcance dos ODS, a etapa atual do projeto tem como meta apoiar o desenvolvimento de capacidades de técnicos e gestores de instituições governamentais e de representações de agricultores para o desenvolvimento de políticas diferenciadas para o setor. A intensa troca de conhecimento se dá pelo intercâmbio de experiências e boas práticas e pela geração de evidências sobre políticas e programas que têm facilitado o acesso a comércio e a serviços para a Agricultura Familiar.

“A implementação desses projetos no âmbito da Cooperação Sul-Sul Trilateral considera a importância do espaço regional como um lugar de construção de opinião e consenso para a tomada de decisão.”

Pedro Boareto

Coordenador pela FAO de Projetos FAO/IN CRA e FAO/MAPA



© FAO | Rubi Lopez

Do diálogo à prática | Resultados que têm impactado a melhora da produção na região da ALC

REAF MERCOSUR

Criação de registros nacionais para agricultores familiares, as compras públicas da agricultura familiar.



© FAO/Eliana Betancor

© FAO/Fabiola Alcorta



Regulamentação e controle de propriedades de terras.

Programas educacionais para a juventude rural.



© FAO

© FAO/Imanol Cambler



Políticas de igualdade de gênero com foco em mulheres rurais.

Difusão de leis para a proteção de agricultores e agricultoras familiares em caso de catástrofes ambientais ou climáticas.



© FAO/Charleene Cortes





Melhor Nutrição

Combate à fome e garantia da segurança alimentar e nutricional em todas as suas formas

Alimentação Escolar | Na perspectiva do direito humano à alimentação adequada

O Brasil é referência mundial em **Política de Alimentação Escolar**. Um título conquistado graças à decisão histórica de unir o tema à visão do Direito Humano à Alimentação Adequada e a iniciativa de fortalecer o papel da Agricultura Familiar como peça chave para abastecer o ambiente escolar de alimentos saudáveis.

O compromisso do Brasil de apoiar outros países no fortalecimento de suas políticas de Alimentação Escolar (AE) é fruto do entendimento sobre a importância desta ferramenta estruturante na construção de um mundo sustentável, que respeite o direito de todos a uma alimentação adequada e saudável.

Os resultados alcançados pelos projetos **Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe** [2009 a 2018], e **Consolidação dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe** [desde 2018], no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, confirmam este compromisso.

O ano de 2009 foi um marco histórico da Alimentação Escolar no Brasil. A transformação veio quando a visão da alimentação como direito foi ampliada a todos os estudantes da educação básica, passou a ocupar o centro da política nacional sobre o tema, com a promulgação da lei específica de Alimentação Escolar. Um passo importante para significativos avanços na educação e na saúde do país, em especial no que se refere ao enfrentamento da fome e da má nutrição.

O Direito Humano à Alimentação foi inscrito no art. 6º da Constituição Federal do Brasil, pela Emenda Constitucional nº 64/2010, reafirmando o que diz a Lei 11.947/2009 e suas regulamentações.

Outra grande inovação da Lei da AE foi a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para utilizar na alimentação servida nas escolas. Desde então, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina que, no mínimo 30% destes itens devem vir deste importante setor produtivo.



A Política Nacional de AE do Brasil garante, com o mesmo recurso público aplicado, mais qualidade dos alimentos servidos aos estudantes [mais de 40 milhões de pessoas, entre crianças, jovens e adultos, em 150 mil escolas públicas – quase metade do total de estudantes atendidos em toda região da ALC], melhora na renda e nas condições de vida de quem produz os alimentos [mais de 4 milhões de famílias agricultoras] e estímulo à economia local, por meio de compras públicas, em circuitos curtos de comercialização dos produtos [5.570 municípios em todo país].

Essa experiência exitosa do Brasil cruzou as fronteiras e ganhou repercussão em toda a América Latina e o Caribe. A partir de 2009 se intensificaram as demandas por cooperação técnica no tema da Alimentação Escolar, sobretudo por ser esta uma política multissetorial e transversal no enfrentamento da pobreza e outros problemas sociais.

“Diante do desafio de acabar com a fome, uma vez que o Brasil pode contribuir com outros países a estruturarem suas próprias políticas de Alimentação Escolar, não lhe resta outro caminho, senão o da Cooperação.”

Karine dos Santos

Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação do FNDE/Brasil



© Governo do Distrito Federal/Brasil

Escolas Sustentáveis Segurança alimentar e nutricional na prática

Instaladas em 13 países da ALC, a metodologia das Escolas Sustentáveis traz para a prática a perspectiva transversal e intersetorial da política, em um ambiente rico e catalizador de experiências múltiplas. A iniciativa é fruto da cooperação Brasil-FAO e países parceiros e envolve a participação de gestores locais das áreas de educação, saúde, agricultura, planejamento e desenvolvimento social. A **comida saudável no prato dos estudantes** vem da horta cultivada no espaço escolar ou nas propriedades familiares e é preparada por cozinheiras e mães voluntárias, de forma colaborativa. A metodologia é organizada a partir de seis componentes, que se complementam e permitem o escalonamento dessa ação para a política nacional do país. Ao todo, já estão em funcionamento 23 mil Escolas Sustentáveis, que impactam a vida de estudantes e agricultores familiares por toda a região.



PARCEIROS | Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe e Consolidação dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação do Brasil (FNDE/MEC) •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com a participação e o apoio contínuo dos países da América Latina e Caribe.

Combate à obesidade e ao sobrepeso

Saber fazer escolhas alimentares saudáveis, não só para si, mas para as gerações futuras e para o planeta, é um ideal que se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Atitudes individuais que contribuem coletivamente com uma melhor nutrição, uma melhor produção, um ambiente melhor e, conseqüentemente, uma vida melhor para todas e todos.

Uma regulamentação da Lei da AE do Brasil, publicada em 2022, estabeleceu que 75% dos itens adquiridos para a Alimentação Escolar devem ser alimentos in natura ou minimamente processados. Uma ação de Estado que reafirma, na prática da lei, a importância de ofertar alimentos saudáveis aos estudantes e de fortalecer a Agricultura Familiar no atendimento dessa demanda.

Na ALC, são muitos os desafios para disponibilizar uma alimentação saudável a todas as pessoas. A região mais cara para se alimentar de forma saudável registra também que oito, em cada dez pessoas apresentam índices de sobrepeso e obesidade. Um reflexo da falta de acesso a dietas saudáveis e da baixa qualidade da alimentação, especialmente entre a população mais vulnerável.

As ações de cooperação entre o Brasil e a FAO sobre o tema da Alimentação Escolar surgem como uma importante estratégia para reverter este quadro preocupante, principalmente entre a população mais vulnerável. Ao todo, os Programas de Alimentação Escolar implementados na região atendem cerca de 85 milhões de pessoas. São crianças, jovens e adultos, que têm no ambiente escolar uma valiosa oportunidade de se alimentar adequadamente.





Institucionalidade, permanência e sustentabilidade da Política de Alimentação Escolar •••••

Apoiar a elaboração e a implementação de uma Lei da Alimentação Escolar nos países é fundamental para fortalecer a institucionalidade, a permanência e a sustentabilidade das ações pretendidas em nível local. É desta forma que a Alimentação Escolar se consolida como política de Estado, garantindo, entre outros benefícios, os recursos para sua execução. As iniciativas desta cooperação apoiam os países parceiros para que consigam avançar nessa direção. Desde o início do projeto na região, seis países aprovaram suas próprias leis de alimentação escolar: Bolívia, Paraguai, Guatemala, Honduras, Equador e El Salvador.

Pandemia •••••

Na escola ou em casa, alimentação adequada é direito de todas e todos

O auge da pandemia da COVID-19 trouxe o isolamento social e com ele, o desafio de seguir alimentando, de forma adequada e saudável, os alunos que estavam nas suas casas. No Brasil, o papel da Alimentação Escolar como política de Estado, mais uma vez, foi determinante. Os alimentos até então preparados e servidos no ambiente escolar, passaram a ser distribuídos em forma de kits entregues às famílias dos estudantes.

Uma condição que exigiu rápida adaptação, tanto da Lei, quanto da logística, assim como a atuação compartilhada dos diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – e uma intensa participação da comunidade escolar. A experiência inédita foi rapidamente compartilhada com os demais países, por meio do canal direto estabelecido ao longo das ações de cooperação.

A inovação na potencialização do uso das ferramentas virtuais – webinários, reuniões e capacitações remotas – permitiu um alcance exponencial e qualificado do público-alvo da cooperação. Um dos momentos marcantes foi a participação de 21 países nos diálogos e debates sobre a permanência da oferta de AE no período da pandemia.



Alimentação escolar para a formação de hábitos saudáveis



RAES ●●●●●

Uma rede de inovação para um novo momento

A **Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)** é mais uma resposta do Brasil ao compromisso global com a melhoria da qualidade da alimentação das populações e a promoção de um sistema alimentar mais saudável e sustentável para os diversos continentes. Concebida em 2018, no âmbito do projeto **Consolidação de Programas de AE na América Latina e no Caribe**, a RAES é um espaço permanente de diálogo entre os países, em que são compartilhadas experiências, boas práticas e ações para o fortalecimento dos programas de alimentação escolar, mesmo em tempos de pandemia.

“Diariamente nas escolas, o Brasil alimenta com qualidade e sistematicidade, mais de 41 milhões de estudantes. Somado a este desafio, o país tem se disponibilizado a dialogar sobre o tema com os outros países. Esta construção conjunta parte do entendimento de que alimentação escolar adequada e saudável para todos é possível. Um processo de diálogo em que os países parceiros têm respondido positivamente.”

Najla Veloso

Coordenadora pela FAO
do projeto regional Consolidação de Programas
de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe

Promover a segurança alimentar e superar a pobreza | Esforço contínuo do Brasil e da FAO na região da ALC

O ano de 2009 foi marcado mundialmente pela forte recessão, decorrente dos efeitos da crise financeira global iniciada em 2007. No mesmo ano, em Roma, na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, a FAO insistia no compromisso internacional para erradicar de vez a fome da face da Terra, até 2025. Posição defendida por diversos atores mundo afora, abrindo espaço para novas parcerias ou reforçando parcerias já existentes na direção de objetivos comuns: erradicar a pobreza, a fome e reduzir a desnutrição.

No Brasil, o **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO** dava origem a diversas ações e projetos. Entre eles, a iniciativa **Apoio às Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e de Superação da Pobreza em Países da América Latina e do Caribe** [2008 a 2018].

A cooperação entre o Governo do Brasil, a FAO e os países parceiros promoveu o compartilhamento de experiências e aprendizados, aproveitando as vantagens comparativas e sinergias entre as partes para aumentar a escala das iniciativas de cooperação Sul-Sul e favorecer ações de maior impacto.

Uma forte articulação multissetorial com o governo dos países trouxe como resultado o fortalecimento das instituições responsáveis pelas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). No centro de todo este esforço, estava o apoio à implementação e o monitoramento das agendas de SAN, reforçando ainda mais o vínculo entre governo e sociedade civil na direção de uma ação mais integrada na região.

No ambiente interno, fruto do princípio de complementaridade da cooperação Sul-Sul trilateral, as ações se somaram a outros projetos e iniciativas do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**, como o de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar na ALC, a Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF Mercosul) e as Frentes Parlamentares contra a Fome (FPCH).

“Na medida em que exista uma convicção de que só é possível avançar na inovação e no desenvolvimento de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional com a participação da sociedade civil, os resultados virão, diminuindo também os impactos de fenômenos como a crise econômica atual pós-covid, permitindo avançar na luta contra a insegurança alimentar na região.”

Alberto Ramírez

Consultor Regional e Encarregado de Projeto Interino pela FAO



© FAO/Luis Sanchez Díaz



PARCEIROS | Apoio às Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e de Superação da Pobreza em Países da América Latina e do Caribe: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC)•Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) junto com os governos de: Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Peru. Além de instâncias regionais e sub-regionais de integração regional, como a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política dos países da região

Traços para construção de novos cenários

Sem tirar os olhos do princípio da cooperação de respeitar a soberania dos países, suas especificidades e ritmos e coordenar ações conjuntamente, a partir das realidades locais, o projeto contribuiu para:



©FAO/Imanol Cambler

©FAO/Palova Brito



Sensibilização de atores nacionais sobre paradigmas de insegurança alimentar; enfoque de gênero nas políticas de SAN e seus instrumentos.

Reforço da importância do trabalho multissetorial, do monitoramento e da avaliação das políticas de SAN.



©FAO


©FAO/Palova Brito





Formação de capacidades para medir o estado de insegurança alimentar, por meio do treinamento para implementação da Escala de Segurança Alimentar da América Latina e Caribe (ELCSA).


Instituições estatais em países da ALC voltadas aos temas da Segurança Alimentar e Nutricional e da superação da pobreza


 Definição do marco conceitual de Agricultura Familiar.

 Apoio à institucionalização de espaços de diálogo com a sociedade civil.

 Apoio a marcos legais e normativos sobre SAN.

 Apoio ao desenho do Programa de Compras Públicas da Agricultura Familiar (2014-2015).

 Apoio à elaboração do Programa de Compras Públicas da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar: Programa PROALIMENTOS (2015).

 Assessoria e assistência técnica no desenvolvimento de espaços de diálogo com a sociedade civil, voltado para o desenho e implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.







Melhor Meio Ambiente

Sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos

O papel do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO na geração de evidências para uma melhor governança dos recursos naturais

Alimentação, meio ambiente e saúde são dimensões que se conectam na busca por uma vida melhor. Não basta comer. É preciso se alimentar a partir de escolhas saudáveis, sustentáveis e regularmente. Não por acaso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em sua meta 2, inclui “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, uma perspectiva que leva em conta a produção de alimentos saudáveis e o uso sustentável da terra e dos demais recursos naturais.

Para o Brasil alcançar este propósito precisa superar os desafios de um país com dimensões territoriais de nível continental [8.516.000 km²], com uma enorme biodiversidade. Soma-se a isto, a diversidade cultural do seu povo – mais de 210 milhões de pessoas com modos de vida, realidades e necessidades variadas.

Nos últimos anos, o Brasil vem buscando caminhos para uma governança pública federal capaz de integrar as diferentes agendas do desenvolvimento sustentável: meio ambiente, produção de alimentos e consumo sustentável, acesso à terra e à alimentação como direito de todas as pessoas.

Organizar as demandas, reunir experiências e sistematizar conhecimentos e saberes que ajudem nesse processo é papel que o **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO** vem realizando junto aos demais países da ALC. De forma compartilhada, com foco na melhora da governança dos recursos naturais, o conhecimento produzido tem servido para elaboração e implementação de políticas públicas que contribuem com este processo, entendendo que é necessário incorporar as dimensões de futuro nas decisões do presente.

“A Cooperação Brasil-FAO, em especial no que diz respeito ao Marco Estratégico da FAO para o período 2022-2031 e ao Marco de Cooperação Sul-Sul Triangular para o período de 2022-2025, oferecem oportunidades para aumentar a cooperação sul-sul trilateral nos países da América Latina e Caribe e aproveitar os conhecimentos e experiências do Brasil.”

Dina Lopez

Oficial de Cooperação Sul-Sul da
FAO para América Latina e o Caribe



Políticas agroambientais nos países da ALC | Estratégia para redução da pobreza e da insegurança alimentar

A erradicação da fome é tarefa constante do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**, até que se alcance o objetivo de **fome zero na ALC, previsto no ODS2**. Com uma população em constante crescimento, a América Latina vive uma pressão crescente sobre seus recursos naturais e os impactos da degradação ambiental afetam os setores sociais mais vulneráveis.

Neste cenário desafiador, o caminho é o desenvolvimento sustentável, onde saúde e meio ambiente se entrelaçam na busca por formas de produzir e consumir alimentos adequadamente, sendo parte estrutural da análise agroambiental.

Isso requer melhorar a análise das diferentes políticas setoriais, criando mais espaços de diálogo e propostas de políticas públicas que contribuam com um bom uso do espaço terrestre e marinho.

Na América Latina, experiências positivas têm servido de exemplo para outros países, no âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral. O projeto de **Fortalecimento de Políticas Agroambientais nos países da América Latina e do Caribe através do Diálogo e Intercâmbio de Experiências Nacionais [2012 a 2018]**, reforçou o papel das políticas públicas agroambientais como ferramentas para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar.

Um amplo processo, fruto de diagnósticos realizados no Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, México, Nicarágua, Panamá e Paraguai (que, juntos, contribuem com 57% da produção agrícola na região), da sistematização de casos e da avaliação de diferentes realidades, fortalezas e debilidades de forma ampla e multissetorial, resultou na construção das **Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na América Latina e no Caribe** e a proposta de Indicadores para Políticas Agroambientais em convergência com os ODS.

POLÍTICAS AGROAMBIENTAIS: conjunto de instrumentos estratégicos de planejamento e governança adotado pelos Estados. Articulados sob os princípios da sustentabilidade nas dimensões econômica, cultural e ambiental e aplicados à produção agropecuária e florestal, pesca e aquicultura, estes princípios contribuem para reduzir os impactos negativos gerados nos ecossistemas e na segurança alimentar e nutricional, em um cenário de mudanças climáticas.

Participaram deste trabalho, representantes de 124 instituições dos setores público e privado, acadêmicos e organizações comunitárias e civis e centenas de especialistas de quinze países, que participaram dos fóruns regionais. No nível nacional, houve avanços em termos de governança e agendas agroambientais nacionais, capacidades institucionais e acordos intersetoriais foram fortalecidos.



© MDA/Ubirajara Machado



PARCEIROS | Fortalecimento de Políticas Agroambientais nos países da América Latina e do Caribe: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Ministério do Meio Ambiente do Brasil •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) •Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente da Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Panamá e Paraguai. Chile e Nicarágua participaram da primeira etapa do projeto.

Políticas agroambientais X mudanças climáticas •••••

Soluções locais para um problema global

O enfrentamento de problemas comuns em nível regional começa pela busca por soluções locais. As “Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais” é um documento que orienta a implementação de ações setoriais e sistemas de governança que fortaleçam a apropriação local e a participação social, com impacto na agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura. Um marco instrumental que busca contribuir para os ODS.

Na Conferência Regional da FAO de 2018, foi acordado divulgar entre os países as Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais na ALC. Em um cenário de mudanças globais, esta foi uma forma de contribuir com o aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, integrando sociedade, território, meio ambiente e economia em torno de políticas aplicadas a partir da interação de diferentes atores sociais e institucionais. Compromissos como as Contribuições Nacionais Determinadas e a Agenda 2030 geram um contexto favorável nos países para o desenvolvimento e adoção de instrumentos estratégicos com enfoque agroambiental.

“ O projeto criou uma visão integrada que guia as discussões nas áreas de produção de alimentos, segurança alimentar e meio ambiente. É essencial fortalecer capacidades, identificando as necessidades de desenvolvimento institucional inclusivo, governança e governabilidade, que são fatores fundamentais para a implementação de políticas agroambientais. ”

Jéssica Casaza

Coordenadora pela FAO do projeto regional Fortalecimento de Políticas Agroambientais nos países da América Latina e do Caribe



Estudos sobre Políticas Agroambientais

Um “portfólio” de experiências de sucesso em políticas agroambientais para a segurança alimentar e o combate à fome nos países participantes do projeto: Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, México, Nicarágua, Costa Rica, Cuba, Panamá.



A orientação da política agroambiental brasileira busca contemplar múltiplos objetivos: melhoria da produtividade e segurança alimentar, combate à pobreza e promoção da conservação ambiental. A estratégia agroambiental é construída a partir de bases normativas sobre as quais são construídos programas com foco nos ideais produtivos sociais e ambientais.



Inúmeros instrumentos de políticas públicas agroambientais no país incorporam os desafios das mudanças climáticas, segurança alimentar, bens e serviços ecossistêmicos, gestão de bacias, planejamento e ordenamento territorial, entre outros. As experiências sistematizadas têm gerado processos transformadores na agricultura.



Incorpora, gradativamente, os conceitos de sustentabilidade, produção limpa, equidade e qualidade na visão do setor florestal e agrícola. O enfoque agroambiental nas políticas implementadas no país aborda os pilares básicos da regulação do setor agropecuário e florestal.



Sectores agrícola e ambiental cubano se unem, alcançando resultados ainda mais relevantes. O movimento agroecológico reorganizou a produção agrícola e da agricultura familiar, permitindo o desenvolvimento de novos cenários com eficiência biológica, produtiva, econômica, energética e ambiental.



Os instrumentos de política agrícola vêm incorporando cada vez mais a dimensão ambiental, reconhece-se que os serviços ambientais são decisivos para a produtividade e sustentabilidade da agricultura no longo prazo.



Destaque para os recursos da agrobiodiversidade e para o conhecimento tradicional da agricultura em diferentes formas de uso da terra. Os sistemas tradicionais de produção contribuem para garantir a soberania alimentar, promover o desenvolvimento rural e combater a pobreza no campo e nas cidades.



Programas de desenvolvimento implementados no sector agrícola começam a incluir um componente transversal às questões ambientais, abordando o tema do desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva de mitigação de danos (degradação do solo, alterações climáticas, produção versus preservação de recursos naturais, gestão de sistemas florestais, etc.).



Descreve as características do sector agropecuário no país, os antecedentes e os pressupostos sob os quais se estrutura a Lei de Promoção da Produção Ecológica ou Orgânica. A agricultura ecológica e sustentável foi analisada com base principalmente na experimentação em pequena escala, com foco na gestão do conhecimento agroecológico.



Na produção agropecuária com enfoque agroambiental, o ordenamento do território e ambiental garante o equilíbrio territorial entre uso dos recursos naturais (terra, água, solos) e sua conservação, com foco no bem-estar da população, na manutenção da sustentabilidade e na competitividade da produção agropecuária.



© FAO/MPA/Uslei Marcelino

Uma rede para a Aquicultura das Américas

Apesar de ser o setor agroalimentar de crescimento mais rápido no mundo e com enorme potencial de expansão na América Latina e no Caribe, a Aquicultura tem sido impactada pela crise climática e pela interrupção da produção e do consumo causados pela pandemia da COVID-19. Iniciativas para fortalecer esta atividade são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, para seguir contribuindo com a luta contra a fome e a pobreza na região.

Criada em 2010, por iniciativa do Governo brasileiro, pelo então Ministério da Pesca e Aquicultura, a **Rede de Aquicultura das Américas (RAA)**, que reuniu inicialmente 20 países, foi uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável deste setor.

O trabalho do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**, por meio do projeto de **Ativação dos Serviços e Consolidação da RAA**,

realizado neste contexto, fortaleceu ainda mais as ações da Rede, facilitando sua atuação como organismo independente. Em coordenação com os governos da região, o trabalho buscou respostas às demandas de informação sobre as melhores práticas de aquicultura; acesso a mercados; cadeias de valor; fortalecimento institucional e desenvolvimento normativo e estímulo à incorporação de segmentos de escassos recursos, mulheres e povos indígenas.

“A contribuição da Rede de Aquicultura das Américas não apenas foi fundamental para a transferência de conhecimento entre os países, mas até hoje segue dando frutos nos espaços de intercâmbio de informação construídos no âmbito do projeto de Cooperação, principalmente entre os produtores, que, apesar do tempo, se mantêm em comunicação.”

Roberto de Andrade

Consultor em pesca e Aquicultura pela FAO



PARCEIROS | Ativação dos Serviços e Consolidação da RAA: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) •países parceiros: Antígua e Barbuda, Costa Rica, Colômbia, Guatemala e Paraguai.

No contexto do projeto, foi implementado o **Programa Regional de Construção e Operação de Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas**, para fortalecer as capacidades dos “aquicultores de recursos limitados” (AREL) e os aquicultores das micro e pequenas empresas (AMyPE) em países da ALC. Uma iniciativa de cooperação que envolveu o Brasil, a FAO e os governos da Guatemala, Antígua e Barbuda, Costa Rica, Colômbia e Paraguai.



Antígua e Barbuda | Resposta a questões ambientais

Em 2008, o furacão Omar percorreu uma trilha incomum na região do Mar do Caribe ocidental, afetando Porto Rico, Ilhas de Sotavento, Montserrat, Venezuela. Em resposta aos danos provocados, sobretudo no setor agrícola, no marco da iniciativa Fome Zero e Agricultura Sustentável foi realizada a capacitação de extensionistas para construção das Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas. Entre os resultados, destaca-se o aumento da consciência e do interesse pelo consumo do pescado em bares, hotéis e restaurantes da Ilha.



Colômbia | Resposta a questões de gênero e cadeia de valor

Instalação das Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas com a participação das mulheres aquicultoras trouxe inovações para a cadeia de valor da tilápia, com o processamento e aproveitamento da pele do peixe para subprodutos com alto nível de qualidade. O projeto contribuiu para gerar mais consciência empresarial e ambiental.



Costa Rica | Fortalecimento de agricultores assentados da Reforma Agrária

Instalação das Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas com a participação do Assentamento Campesino Llano Bonito de Guatuso, área rica em mananciais, com rios e afluentes que nascem na região da Serra Vulcânica de Guanacaste. Destacam-se o fortalecimento de capacidades técnicas para cultivo e o desenvolvimento de habilidades gerenciais básicas e de comercialização.



Guatemala | Segurança alimentar para indígenas

As Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas contribuíram com o enfrentamento da insegurança alimentar e dos altos níveis de exclusão da população indígena, especialmente em áreas rurais, como ferramenta de erradicação da fome e da desnutrição e fortalecimento da economia camponesa. Como resultado, as unidades seguem funcionando como Centro de Aprendizagem para o Desenvolvimento Rural, integrados ao Sistema Nacional de Extensão Rural.



Paraguai | Aquicultura sustentável

O estabelecimento das Granjas Agro-Aquícolas Demonstrativas contribuiu para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável do Paraguai. Seguem gerando oportunidades e alternativas de trabalho e de transferência das capacidades locais, integradas a outras atividades como avicultura, horticultura. Destaca-se o incremento da produção aquícola, que contribuiu com a disponibilidade e acesso ao consumo do pescado e com a melhora da nutrição das populações nas áreas beneficiadas.



**REDE DE
AQUICULTURA
DAS AMÉRICAS**

Cooperação em ação | Iniciativas para o fortalecimento da RAA

Criação do Conselho de Ministros da Rede, o comitê Técnico e o Fórum de Parlamentares da Pesca e Aquicultura.



©FAO/MPA/Ueslei Marcelino

Criação de um observatório regional da Aquicultura [virtual].



©FAO/MPA/Ueslei Marcelino

Fortalecimento de capacidades por meio da organização de cursos regionais de boas práticas da Aquicultura.



©Inco pesca/FAO/Edgar Chacón

Elaboração de Informe Técnico sobre cadeias de valor nos produtos da Aquicultura.



©FAO/Andrea Figueroa

Granjas Piloto com enfoque de centros de difusão da atividade.



©FAO/William Ortega



A governança responsável da posse da terra na América Latina e no Caribe

Para que a agricultura familiar possa desenvolver plenamente sua vocação de produzir alimentos, contribuindo localmente com a segurança alimentar nos seus espaços, gerando trabalho, renda e desenvolvimento local com inclusão, garantido uma melhor vida para milhares de famílias, é fundamental que estas tenham assegurado o direito de acesso à terra para plantar e para viver.

A governança da posse da terra na ALC enfrenta desafios históricos, como o acesso e gestão desigual dos recursos naturais, alto nível de informalidade na posse e dificuldade de acesso aos recursos naturais por pessoas de grupos marginalizados (mulheres, povos indígenas, jovens, pequenos produtores).

Desde a sua adoção, em maio de 2012, as **Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável de Terras, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional**, negociadas no Comitê de Segurança Alimentar Mundial pelo Conselho de Representantes dos estados membros, sociedade civil e o setor privado, têm sido utilizadas na região da ALC como uma ferramenta para enfrentar estes desafios.

Em 2017, na Reunião de Alto Nível sobre Governança Responsável da Posse de Terra, Pesca e Florestas na ALC, organizada pela FAO e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Brasil, foi destacada a necessidade de avançar nas questões de sistemas de gestão fundiária, fortalecimento institucional, redução das brechas de gênero e juventude no acesso aos recursos naturais e mecanismos concretos de cooperação Sul-Sul entre os países.

A resposta operacional veio com o projeto de **Apoio ao Fortalecimento da Governança Responsável da**

Posse na América Latina e o no Caribe, uma iniciativa conjunta entre o Escritório da FAO para a ALC, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o INCRA, no âmbito do **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**.

A relação do projeto com os desafios locais está no apoio às atividades para a implementação das Diretrizes nos níveis regional e nacional. Entre os principais objetivos, se encontra a proposta de apoiar o desenvolvimento de ferramentas para a gestão fundiária e dos recursos naturais, por meio da inovação tecnológica e fortalecimento institucional.

Em 2021, o ciclo de trocas Soluções Tecnológicas para Gestão de Terras, realizado em três eventos virtuais, trouxe um panorama sobre o tema no cenário regional. Uma contribuição expressiva na tarefa de identificar medidas e soluções com potencial de replicação nos diferentes países da América Latina e do Caribe, e de promover diálogos que construam uma agenda de ação conjunta sobre o tema.

“Um projeto de cooperação é eficiente quando ajuda a construir relações fortes entre quem disponibiliza tecnologia e conhecimentos e quem recebe, de modo que não seja apenas pontual.”

Alan Bojanic

Representante da FAO no Brasil até 2018 e atual Representante da FAO na Colômbia



PARCEIROS | Apoio ao Fortalecimento da Governança Responsável da Posse da Terra: •Agência Brasileira de Cooperação (ABC) •Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Brasil •Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

